



BOLETIM

GEOCORRENTE

12 de agosto de 2021

ISSN 2446-7014

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

ANO 7 • Nº 145



Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

DIRETOR DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE SILVIO LUIS DOS SANTOS

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

CONTRA-ALMIRANTE (RM1) MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR CHEFE

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) LEONARDO F. DE MATTOS (EGN)

EDITOR EXECUTIVO

CAPITÃO-TENENTE BRUNO DE SEIXAS CARVALHO (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

CAPITÃO DE MAR E GUERRA (RM1) FRANCISCO E. ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

TRADUÇÃO E REVISÃO

RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

PESQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

FRANCO NAPOLEÃO A. DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UERJ)

AMÉRICA DO SUL

ANA LAURA MARÇAL MONSORES (UFF)

BRUNA SOARES CORRÊA DE SOUZA (UNILASALLE)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (EGN)

JOSÉ MARTINS RODRIGUES JUNIOR (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIV. DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CAROLINA VAZ FARIAS (UFRJ)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-RIO)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELA PAULUCCI DA HORA VIANA (UFRJ)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (PUC-RIO)

RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)

EUROPA

GUILHERME FRANCISCO PAGLIARES DE CARVALHO (UFF)

MARINA AUTRAN CALDAS BONNY (UFRJ)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

VICTOR MAGALHÃES LONGO DE CARVALHO MOTA (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

LUÍS FILIPE DE SOUZA PORTO (UFRJ)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (EGN)

MARIA CLAUDIA MENEZES LEAL NUNES (USP)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ADEL BAKKOUR (UFRJ)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)

PEDRO DA SILVA ALBIT PENEDO (UFRJ)

VITOR FERREIRA LENGGRUBER (UCP)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

VITÓRIA DE FRANÇA FERNANDES (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MARIA GABRIELA VELOSO CAMELO (PUC-RIO)

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

BRUNO GONÇALVES (UFRJ)

GUILHERME NOVAES SILVA PINTO (UFRJ)

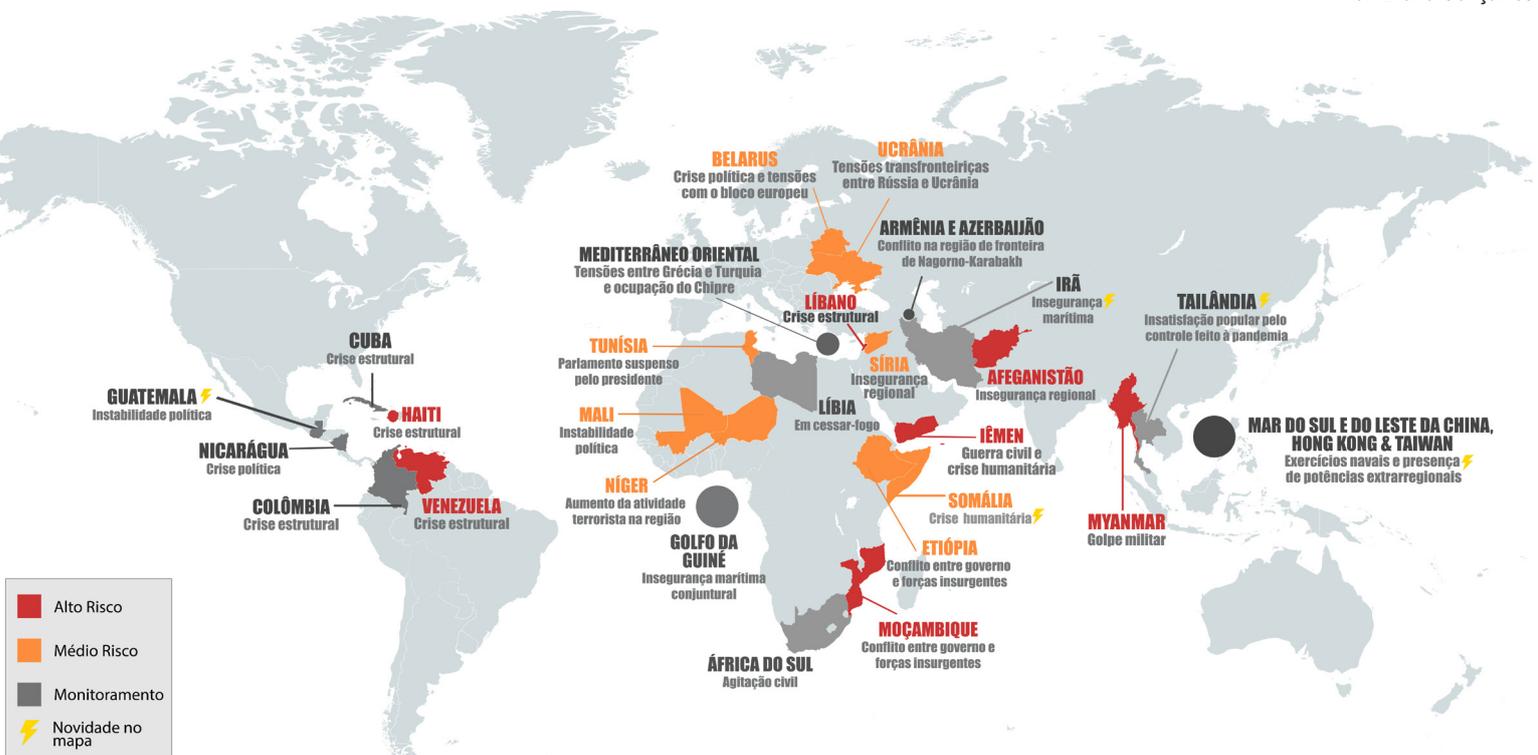
ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
A disputa pelo controle da Hidrovia do Rio Paraná em meio à crise hídrica	5	Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares	12
Integração regional na América do Sul: saídas econômicas para a superação da crise	6	SUL DA ÁSIA	
ÁFRICA SUBSAARIANA		Elo fortificado entre Paquistão e China	
A africanização do conflito de Cabo Delgado	6	Índia inicia testes de navegação com o navio aeródromo Vikrant	
COP26 impõe desafio frente à necessidade da transição energética nigeriana	7	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
EUROPA		O significado da renovação do Visiting Forces Agreement entre Filipinas e EUA	
Diplomacia Naval no Mar do Sul da China: Mudança da Política Externa alemã?	8	ÁRTICO & ANTÁRTICA	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Empreendimentos sul-americanos para a Antártica: Argentina e Chile na liderança pelo acesso ao continente branco	
Cooperação técnica entre Israel e os Emirados Árabes Unidos: o que esperar de seus programas espaciais	9	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa	
RÚSSIA & Ex-URSS		Calendário Geocorrente	
Os desafios da modernização naval da Federação Russa	10	Referências	
Impactos do Corredor Golfo Pérsico-Mar Negro sobre o Cáucaso e seu entorno	11	Mapa de Riscos	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Bruno Gonçalves

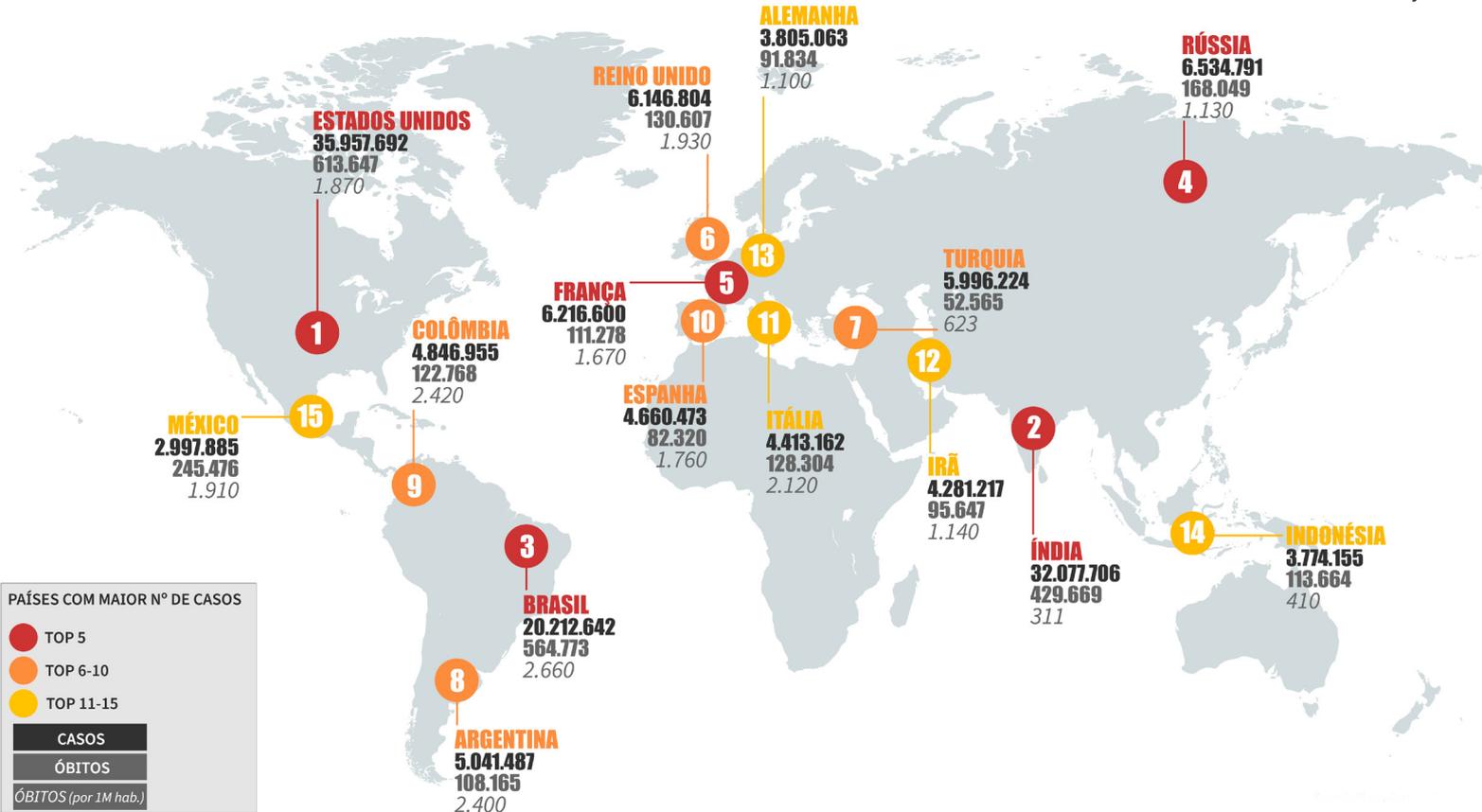


Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

PRINCIPAIS PAÍSES AFETADOS PELA COVID-19

Dados segundo o "WHO COVID-19 Dashboard", publicado no dia 12 de agosto de 2021.

Por: Bruno Gonçalves



PAÍSES COM MAIOR N° DE CASOS

- TOP 5 (Red)
- TOP 6-10 (Orange)
- TOP 11-15 (Yellow)

CASOS
ÓBITOS
ÓBITOS (por 1M hab.)

ACOMPANHAMENTO DAS VACINAS

PANDEMIA DA COVID-19				
Vacinação pelo mundo				
Ranking dos países com mais doses aplicadas e colocação correspondente à população vacinada				
País	Doses aplicadas*		População vacinada (%)	Vacinas
	(milhões)	(por 100 pessoas)		
China**	1.820,2 (1°)	130	-	CanSino Sinopharm/Beijing Sinopharm/Wuhan Sinovac
Índia	523,6 (2°)	38	30 (85°)	Covaxin Oxford/AstraZeneca Sputnik V
Estados Unidos	353,2 (3°)	106	59 (32°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech
Brasil	157,6 (4°)	75	54 (43°)	Johnson&Johnson Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech Sinovac
Japão	107,0 (5°)	85	48 (53°)	Moderna Pfizer/BioNTech
Alemanha	96,3 (6°)	116	63 (27°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Reino Unido	86,9 (7°)	130	71 (13°)	Moderna Oxford/AstraZeneca Pfizer/BioNTech
Turquia	79,6 (8°)	95	51 (47°)	Pfizer/BioNTech Sinovac
França	78,7 (9°)	117	67 (22°)	Johnson&Johnson Moderna Pfizer/BioNTech Oxford/AstraZeneca
Indonésia	78,1 (10°)	29	19 (102°)	Moderna Oxford/AstraZeneca Sinopharm/Beijing Sinovac

*É contado como uma dose única e pode não ser igual ao número total de pessoas vacinadas, dependendo do regime de dose específico (por exemplo, as pessoas recebem doses múltiplas).
**O país não forneceu dados sobre o número de pessoas que foram parcialmente ou totalmente vacinadas.

Fontes: Organização Mundial da Saúde; The New York Times

A disputa pelo controle da Hidrovia do Rio Paraná em meio à crise hídrica

Guilherme Novaes

O Rio Paraná enfrenta sua pior seca em 77 anos. O curso fluvial, que já passou por outro período de seca grave em 2020 ([Boletins 124](#) e [127](#)), é usado para o escoamento de 80% das exportações argentinas. Assim, a seca tem causado prejuízos milionários, principalmente ao setor agroexportador, sobretudo pela redução na capacidade de navegação. Nesse contexto, o governo de Alberto Fernández planeja uma licitação para a concessão da hidrovia e, entre os interessados, estão empresas brasileiras, chinesas e europeias. Qual o impacto que a seca pode trazer para a administração da hidrovia?

A frequência maior de crises hídricas, devido às mudanças climáticas, é um fator a ser considerado no planejamento da utilização de hidrovias. A crise atual do Rio Paraná impôs a redução da capacidade máxima em 10%, com perdas estimadas em US\$ 315 milhões entre março e agosto de 2021 para o setor agroexportador argentino. O governo decidiu, em julho, pela realização de uma nova licitação sobre o controle do rio, após 25 anos de administração da *Hidroviás S.A.*, uma sociedade entre uma empresa belga e a *holding* argentina *Emepa*.

A empresa brasileira DTA é uma das interessadas no projeto que abrange também a realização de obras para

o aprofundamento do rio, aumentando sua capacidade. O CEO da DTA, João Acácio, expressou que seria interessante para todo o MERCOSUL que a empresa escolhida seja local, já que o rio também é utilizado por Bolívia, Brasil e Paraguai, tratando-se de uma obra estratégica para a economia regional. A China tem grande interesse no projeto, tendo em vista que grande parte do que é exportado na região vai para o território chinês.

Outro ator interessado no tema são os Estados Unidos, que já expressaram preocupação pela possibilidade da presença chinesa na região. O controle da hidrovia do Rio Paraná é de interesse de vários países sul-americanos, desta forma, uma empresa da região poderia servir melhor aos interesses locais por ter objetivos comuns de desenvolvimento com os países vizinhos. Além disso, a escassez hídrica cada vez mais presente impõe um desafio de gestão aliado à preservação ambiental, cujos interesses estrangeiros tendem a estar menos preocupados. A forma como o rio será utilizado nas próximas décadas é relevante tanto para o desenvolvimento regional como para a preservação ambiental, e configura uma oportunidade de integração regional.



Os desdobramentos da COVID-19 nos países da América do Sul aprofundaram uma tendência de desaceleração econômica. Trata-se de um processo que revela as debilidades estruturais das economias do continente, em grande parte fundamentadas numa matriz agrário-exportadora não diversificada e em uma tendência à desindustrialização. Essa situação é agravada pela ausência de políticas públicas voltadas à contenção dos reflexos gerados pelo contexto de *lockdown*, possibilitando a eclosão de manifestações sociais no continente. Nesse sentido, como encontrar uma saída coletiva para crise, dentro de uma lógica de reorientação econômica e integração regional?

As economias sul-americanas, acompanhadas por outras economias em desenvolvimento no processo de negociação, demandam prioridade no pagamento de juros e *royalties*, bem como realocação dos lucros, sob uma lógica tributária que possa impulsionar uma recuperação econômica no médio prazo. Dessa forma, uma possível medida para contornar os efeitos da recessão atual é a criação de um novo tributo, de no mínimo 15%, sobre a atividade de multinacionais instaladas na região, com o objetivo de reverter um processo no qual os países de origem de tais empresas acumulem os lucros da produção. Tal política é relevante para a América do Sul, considerando que as economias do continente dependem, significativamente, de receitas por impostos

corporativos. Assim, o aumento da tributação implica crescimento da arrecadação estatal, bem como fortalece as bases institucionais a um diálogo político regional, ambos necessários para a contenção de uma crise que transborda as fronteiras nacionais.

A pobreza no Chile, por exemplo, afeta aproximadamente a 2,1 milhões de pessoas, algo em torno de 10,8% da população, índice não verificado há mais de duas décadas. O aumento do desemprego e da informalidade contribui para a precarização das condições de vida e, por conseguinte, catalisa uma insatisfação generalizada na sociedade, culminando em revolta popular, eclosão de conflitos e protestos sociais. O exemplo chileno é ilustrativo de uma realidade que caracteriza os desdobramentos da crise no continente ([Boletim 115](#)).

Superar um cenário de confluência de crises distintas requer o estabelecimento de consensos direcionados ao desenvolvimento, comprometidos com a redução das desigualdades e com a construção de um modelo fundamentado na diversificação das exportações. A proposta de uma nova política tributária não apenas será capaz de aumentar as respectivas receitas estatais mas, sobretudo, fortalecerá canais multilaterais de comunicação, fomentando um processo de integração regional pragmático e alinhando às urgências econômicas.

DOI 10.21544/2446-7014.n145.p06.

ÁFRICA SUBSAARIANA

A africanização do conflito de Cabo Delgado

Franco Alencastro

Desde seu início em 2017, o conflito de Cabo Delgado, opondo as Forças Armadas de Moçambique ao grupo de extremistas islâmicos *Ansar Al Sunna*, tem atraído o interesse e a participação de potências externas, enquanto o envolvimento de países da própria região tem sido mais tímido. Entretanto, esta situação parece estar se modificando, com o anúncio em 24 de julho de 2021 do envio de mil militares por Ruanda, para auxiliar as autoridades moçambicanas no combate aos extremistas. Ao mesmo tempo, o envolvimento de atores extrarregionais está longe de arrefecer, com o anúncio da cooperação por parte da União Europeia (UE) para treinar militares moçambicanos.

Desde 2005, Ruanda tem sido um participante ativo nas missões de paz multilaterais no continente africano, tendo hoje mais de cinco mil militares em cinco missões diferentes. É possível que o envolvimento de Ruanda signifique uma nova etapa para o país, passando do

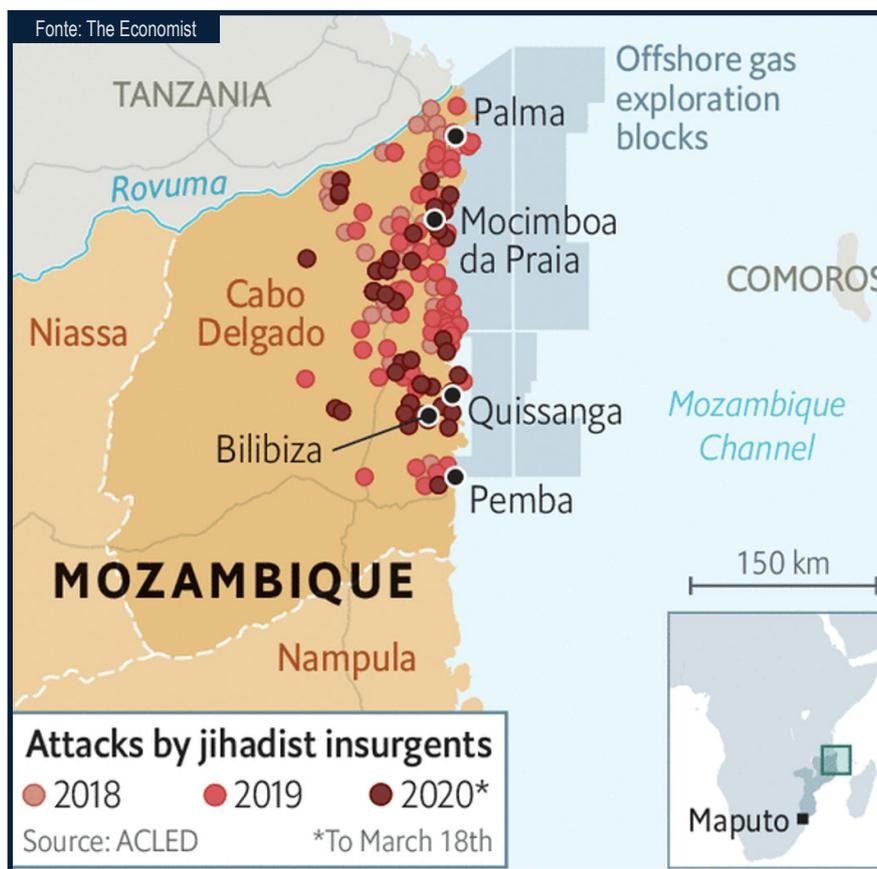
engajamento multilateral para o protagonismo unilateral.

O anúncio do envio das tropas de Ruanda não deixou de causar alguma controvérsia. Em maio, ao final da Cúpula da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês), os representantes do organismo, do qual Moçambique faz parte e Ruanda não, haviam anunciado o envio de três mil militares para o país. O anúncio da parceria com Ruanda gerou críticas da SADC, por se tratar de um país de fora do organismo enviando tropas para um país-membro sem a autorização do bloco.

Menos direta mas, ainda assim, significativa, é a iniciativa apresentada pela UE, que se dispôs a treinar tropas moçambicanas no combate aos extremistas. A iniciativa representa um sucesso da diplomacia portuguesa que, no comando da Presidência do Conselho da UE, entre janeiro e julho, influenciou o órgão a intervir de maneira mais ativa no conflito da antiga colônia »

portuguesa. Resta saber se o treinamento terá efeito suficiente no curto prazo, dada a rápida deterioração do conflito. De acordo com dados da própria UE, o período de maio a julho de 2021 foi o mais grave, com 700 mil

deslocados internos em Moçambique. Além disso, o fim da presidência portuguesa na UE, em 30 de junho de 2021, pode representar o esvaziamento dessa iniciativa diplomática.



DOI 10.21544/2446-7014.n145.p06-07.

COP26 impõe desafio frente à necessidade da transição energética nigeriana

Isadora Jacques

A África é o continente menos responsável pelas emissões de gases poluentes. Contudo, é aquele que mais sofre as consequências do aumento da temperatura média do planeta. Seus Estados passam pelo processo de desenvolvimento marcado pelo aumento da desertificação e urbanismo desenfreado, percebido em países como a Nigéria. Mesmo que o alicerce econômico nigeriano se dê pela mineração e exploração de recursos não-renováveis, de que maneira o país pode desenvolver uma transição energética diante da necessidade imposta pela crise climática?

As discussões envolvendo a agenda global acerca da questão climática ocorrerão entre 31 de outubro e 12 de novembro de 2021, em Glasgow, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas sobre o Clima (COP26, sigla em inglês). Nesse sentido, a Nigéria, o Estado mais populoso e líder na produção de petróleo da África, se comprometeu a reduzir em 20% até 2030 a emissão de gases do efeito estufa, em consonância ao Acordo de Paris. Essa deliberação resultou na promessa pelo fornecimento de US\$ 100 bilhões ao

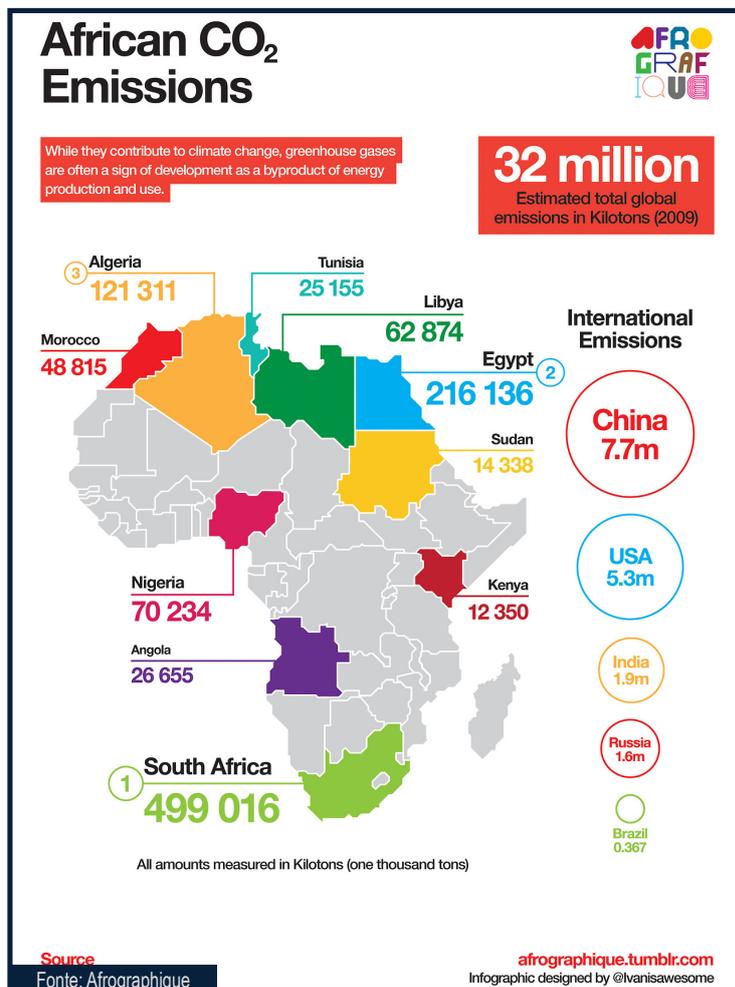
ano em financiamento climático global, primordial garantia à transição energética de países que, como a Nigéria, têm sua economia fundamentada no petróleo. O recente apelo do Secretário Geral da ONU, António Guterres, em relação à COP26, reforça a importância de colocar em prática as promessas feitas em conferências anteriores e a emergência do comprometimento dos países do G20 em torno da causa.

Os hidrocarbonetos ainda representam um expressivo pilar da economia nigeriana. No entanto, existe uma diligência ambiental pela redução do consumo de petróleo e gás no âmbito global. Estima-se que uma mudança voltada para tecnologias de energia limpa pode aumentar a demanda por cobalto, manganês, cobre, lítio e outros minerais necessários para baterias, painéis solares e turbinas eólicas. Recursos abundantes no continente, em geral, onde 68% do cobalto no mundo se encontra na República Democrática do Congo e 28% da reserva mundial de manganês, na África do Sul. A transição para soluções renováveis aponta perspectivas positivas, já que projetos envolvendo hidrocarbonetos não são mais >>>

financiados pelo Banco Mundial desde 2019.

Evidencia-se o papel da Nigéria, principal economia africana, como líder em direção ao desenvolvimento e adaptação à transição energética. É fundamental investir em parcerias intracontinentais e empregabilidade para

a população mais jovem, considerando as projeções demográficas, já que estimativas apontam que a população nigeriana dobrará de tamanho até 2050, necessitando de emprego e renda.



DOI 10.21544/2446-7014.n145.p07-08.

EUROPA

Diplomacia Naval no Mar do Sul da China: Mudança da Política Externa alemã?

Victor Magalhães Longo

Após quase um ano da divulgação da *Indo-Pacific Strategy* da Alemanha (Boletim 125), a primeira ação concreta foi tomada: no dia 02 de agosto, a Fragata Bayern suspendeu para ser empregada no Indo-Pacífico e irá operar, inclusive, no Mar do Sul da China (MSC). A embarcação fará manobras com Marinhas amigas e visitará países como a Austrália, Coreia do Sul, Japão e Vietnã. Sendo assim, é razoável indagar o que isso representa para a política externa alemã em relação à China e qual mensagem transmite aos seus aliados tradicionais na região.

No início do século XXI, os alemães adotaram uma política para a China semelhante à estadunidense: defendiam que a abertura econômica chinesa, especialmente sua entrada na Organização Mundial de Comércio, resultaria na sua abertura política e no respeito às normas internacionais. Hoje, o gigante asiático

continua distante de ser uma democracia liberal, mas é o maior parceiro comercial da Alemanha e decisões políticas internas fazem com que o governo alemão seja brando ao criticar a China sobre o desrespeito à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e às violações aos direitos humanos, especialmente em Hong Kong e Xinjiang.

Uma mudança de postura alemã aparenta ser cada vez mais urgente. Atualmente, há tanto uma pressão interna de sua sociedade, que demanda que o governo tenha uma atitude mais firme contra tais violações, quanto uma pressão externa de seus aliados internacionais, como Japão e Estados Unidos, que esperam que Berlim apoie ativamente os esforços para conter o expansionismo chinês. Contudo, o emprego da Fragata Bayern como instrumento de diplomacia naval não sinaliza uma mudança expressiva da política externa alemã em >>

relação à China. A Bayern não navegará pelo estreito de Taiwan ou a menos de 12 milhas náuticas de territórios disputados, optando por uma rota de navios comerciais ao passar pelo MSC. Além disso, o governo alemão propôs, ainda que tenha sido recusado pela China, que a Fragata fizesse uma parada em Xangai, o que foi malvisto pelos seus aliados na região.

Ao que parece, as diversas cautelas adotadas pela Alemanha servem para garantir que não contestará as

reivindicações territoriais chinesas, o que indica que tal missão é fruto do constrangimento vindo de seus aliados e não exatamente uma mudança da sua política externa na região. Caberá observar quais os próximos passos dessa política Indo-Pacífica, já que apenas essa missão com uma Fragata poderá ser insuficiente para cumprir as expectativas concernentes a um país do peso geopolítico da Alemanha.



Fonte: Naval Post (adaptado)

DOI 10.21544/2446-7014.n145.p08-09.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Cooperação técnica entre Israel e os Emirados Árabes Unidos: o que esperar de seus programas espaciais

Isadora Bohrer

O espaço sideral é destino de investimentos por grandes potências, sendo até mesmo considerado a próxima fronteira para alguns países, como tem ocorrido no Oriente Médio. Em 2020, com a chegada de uma sonda dos Emirados Árabes Unidos a Marte tanto este como Israel demonstraram que não medirão esforços para pertencerem à elite dos países com programas espaciais desenvolvidos. Para isso, tanto israelenses quanto emiradenses planejam que suas respectivas missões não tripuladas pousem na Lua em 2024. No início de julho deste ano, o responsável israelense pelo projeto, Morris Kahn, disse em uma coletiva que o país deve cooperar com os EAU na missão. Esses dois países retomaram relações diplomáticas apenas no ano passado ([Boletim 123](#)). É possível esperar cooperação técnica entre Israel e EAU neste segmento?

Em agosto de 2021, Israel e EAU completam um ano desde o estabelecimento de relações diplomáticas, ratificado pelo Acordo de Abraão. É sabido que possuem vínculos silenciosos há pelo menos quatro décadas e que, mesmo não-oficialmente, expandiram negócios para além da economia, como na cultura e tecnologia, embora majoritariamente no âmbito privado. Entretanto, ainda

que possuam parcerias em outros setores estratégicos, como óleo e gás, uma eventual ambição espacial é custosa, requer um nível adicional de comprometimento, e necessita de engajamento, ainda mais quando realizada pela primeira vez.

Ainda assim, dois fatores ajudam a explicar como a cooperação técnica entre Israel e EAU poderia tornar-se realidade. O primeiro refere-se a presença de empresas privadas do setor espacial de ambos os Estados — algumas inclusive já trabalham em parceria — fazendo com que o processo seja mais técnico e transparente. O segundo é a oportunidade de dividir custos e aumentar a capacidade tecnológica de ambos, o que possibilitaria o futuro de outras missões.

Dessa maneira, ainda que, por enquanto, nenhum dos governos tenha oficializado a parceria do projeto em si, percebe-se que ela é benéfica e exequível. Com um caminho longo a percorrer e altos custos materiais e tecnológicos, a cooperação no setor parece ser o mais vantajoso para um futuro em que se almeja algo tão grande quanto o desenvolvimento de um programa espacial.

DOI 10.21544/2446-7014.n145.p09.

Os desafios da modernização naval da Federação Russa

Pedro Martins

O fim da Guerra Fria provocou um relativo sucateamento das Forças Armadas russas, as quais começaram sua recuperação apenas a partir dos anos 2000. Nesse contexto, insere-se o *State Armament Program* (SAP) (2018-2027), o novo plano decenal de modernização militar, cujo escopo compreende, por exemplo, o lançamento do submarino de propulsão nuclear Krasnoyarsk da classe *Yasen-M* no último dia 30 de julho. Diante desse cenário, quais são os desafios que afetam o programa de modernização naval da Federação Russa?

O SAP possui três desafios importantes. O primeiro deles é a existência de sanções impostas ao país desde os eventos da crise ucraniana de 2014, o que prejudicou a importação de insumos para o programa, atrasando os projetos existentes. O segundo desafio é de natureza econômica e comum à maioria das Forças Armadas: a disponibilidade orçamentária. Apesar de ter um relevante montante alocado para a área de Defesa, o país foi continuamente obrigado a revisar os valores destinados ao SAP.

O mais importante dos desafios guarda relação

direta com o segundo: a disputa entre os componentes das Forças Armadas a respeito da alocação dos recursos. Segundo as estimativas acerca do programa — cujo teor é sigiloso —, a Marinha russa foi a Força que mais perdeu orçamento entre o SAP-2020 e o SAP-2027, enquanto a Força terrestre deve obter a maior fatia do SAP-2018-2027. Segundo o analista Pavel Felgenhauer, a razão para isso reside na estrutura do Ministério da Defesa russo, em que as Esquadras da Marinha russa estão inseridas nos Comandos de Área (exceto a Esquadra do Norte). Como estes têm líderes originados do Exército, os recursos destinados à Marinha seriam comprometidos e priorizados para o Exército, o que se traduziria em atrasos e reduções no planejamento previsto desta.

Desse modo, percebe-se que existem diversos desafios para o programa de modernização naval russo criado pelo atual SAP. As sanções são desafios de natureza conjuntural, enquanto a disponibilidade orçamentária é um problema recorrente à relação entre as Forças Armadas. Talvez o maior desafio seja o de caráter doméstico, envolvendo a disputa dentro das Forças Armadas russas acerca da alocação dos recursos.



Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares

João Pedro Grilo

O Reino Unido e o Japão possuem uma relação secular marcada por encontros e desencontros. Os britânicos foram um dos principais modelos para a Restauração Meiji, nome dado ao período de modernização japonês ocorrido na segunda metade do século XIX, que iniciou a ascensão do país no cenário internacional. Entretanto, os eventos que ocasionaram a Segunda Guerra Mundial afastaram ambos os países, que só vieram a estreitar seus laços na década de 1980, devido a boa relação entre os primeiros ministros Yasuhiro Nakasone e Margaret Thatcher. O presente artigo busca analisar a relação bilateral entre ambas as democracias no contexto pós-*Brexit* e da ascensão chinesa, ambos elementos centrais para a crescente aproximação entre britânicos e japoneses.

Recentemente, as notícias sobre a visita do porta-aviões britânico *Queen Elizabeth* e seu *strike group* ao arquipélago japonês em setembro e a decisão de alocar permanentemente dois navios, ainda a serem definidos, no Leste Asiático, evidenciam a crescente relevância da região para os interesses britânicos e o prestígio do Japão como seu aliado. Ambas as decisões resultam de uma convergência de percepções quanto à necessidade de garantir a liberdade de navegação na Ásia frente

às ações mais agressivas dos chineses. O desejo de garantir a liberdade e os demais preceitos liberais estão presentes em importantes conceitos da política externa de ambos os países, seja na ideia de *Free and Open Indo-Pacific* dos japoneses e o *Indo-Pacific Tilt* dos britânicos ([Boletim 138](#)).

Além do campo militar, essa proximidade também reverbera no âmbito econômico: o Japão assinou com o Reino Unido o Acordo Abrangente de Parceria Econômica, em outubro de 2020, sendo este o primeiro grande tratado econômico britânico pós-*Brexit* e um passo fundamental em direção à ideia de *Global Britain*. Paralelamente a este acordo, ambos os países têm cooperado intimamente no âmbito do 5G e na entrada britânica na Parceria Transpacífica.

De forma geral, a relação entre Tóquio e Londres tem se estreitado nos últimos anos. Essa cooperação é favorável para o Japão, pois dá continuidade ao seu processo de diversificação de aliados ao mesmo tempo em que, teoricamente, coibiria as ações mais agressivas da China em direção às Ilhas Senkaku e Taiwan, que se encontram no centro da política de defesa japonesa.



Elo fortificado entre Paquistão e China

Marina Corrêa

A relação entre Paquistão e China começou, formalmente, em maio de 1951, quando o Paquistão foi o primeiro país muçulmano a reconhecer a República Democrática da China. Porém, notou-se efetiva aproximação em 2007, com a assinatura do acordo de livre comércio, parceria fortificada em 2015, com o projeto denominado Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, sigla em inglês). Todavia, com as mudanças geopolíticas na Ásia, como a parceria entre estes países pode se tornar mais expressiva?

A China considera o Paquistão uma porta de entrada para os países da Ásia Central, assim, a expansão da influência e a projeção econômica regional chinesa possui como um dos pilares o desenvolvimento paquistanês (por exemplo, investimento no CPEC). Tal Corredor, como mencionado em Boletins anteriores (81, 117, 134), tem a capacidade não só de desenvolver este país, mas também interligar ambos através do estabelecimento de relações geoestratégicas. Todavia, a preocupação com a saída dos EUA do Afeganistão pode colocar a segurança do projeto em risco. Isto porque, ter um Afeganistão estável e próximo significa conseguir o acesso livre à Ásia Central e a capacidade de confrontar a Índia e o Irã (parceiros regionais rivais do Paquistão).

Neste aspecto, a luta contraterrorista é uma das pautas comuns na agenda dos países, mas a contenção da influência de seus rivais também é foco da relação bilateral. Imran Khan, primeiro-ministro do Paquistão, no dia 06 de julho, proferiu discurso de apoio à China frente aos esforços feitos para promover a "paz global, prosperidade compartilhada e salvaguardar a fronteira internacional". Segundo ele, a parceria entre os países é de "irmãos de ferro".

Dentro de um contexto geopolítico marcado por tensões na Ásia, nota-se que a aproximação sino-paquistanesa pode ser mais expressiva por meio de projetos econômicos e de infraestrutura, tendo como uma das prioridades a necessidade de formular as novas diretrizes para o CPEC, a fim de perpassar problemas de insegurança regional.

Percebe-se que a China, em troca da parceria paquistanesa, tem investido cada vez mais no país para promoção de seus interesses nacionais, os quais acabam por condizer com os de seu "irmão de ferro". A perspectiva é que mais projetos surjam, envolvendo demais nações regionais, criando pontes trilaterais capazes de consolidar os objetivos de ambos os países.



Índia inicia testes de navegação com o navio aeródromo Vikrant

João Miguel Villas-Bôas

No início de agosto, a Marinha indiana iniciou os testes de navegação de seu segundo navio aeródromo. O *Vikrant*, vitorioso em sânscrito, é a primeira embarcação desenvolvida e fabricada nacionalmente, o que concede prestígio ao complexo industrial-militar da Índia, bem como consolida o projeto do país de possuir uma Marinha de águas azuis.

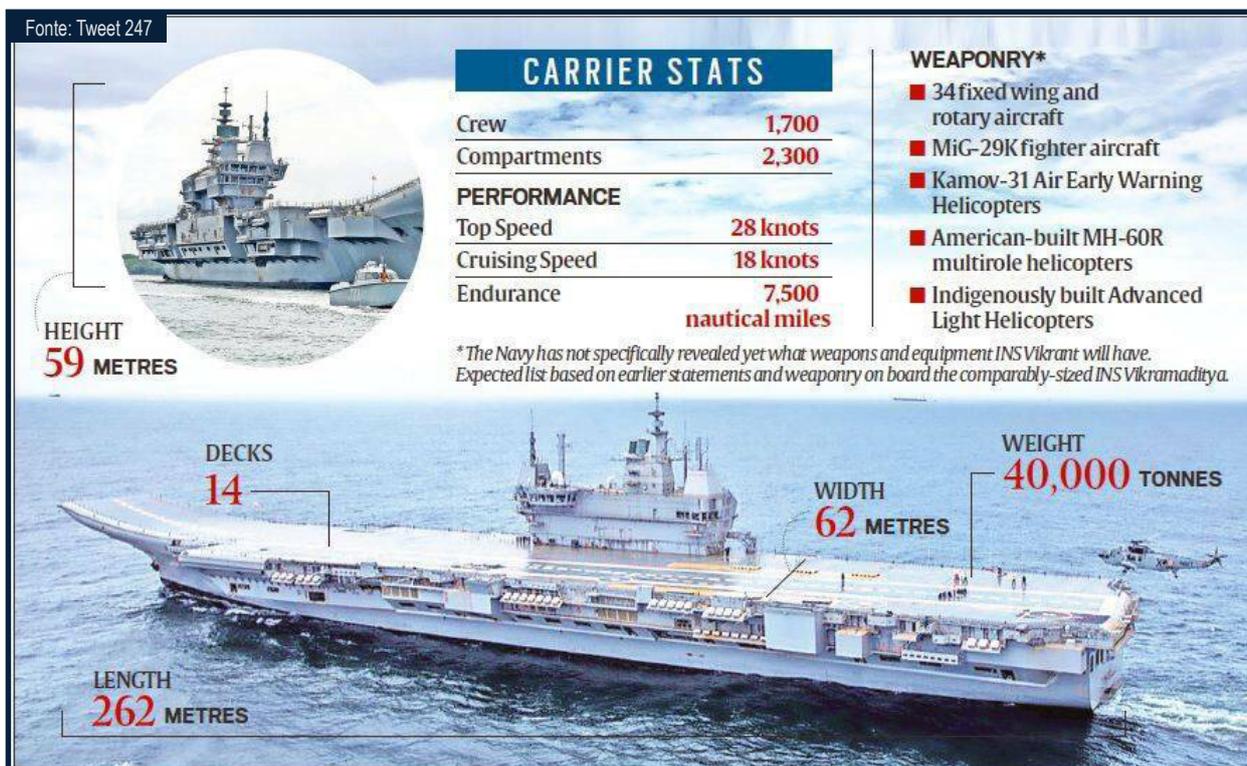
O *Vikrant* foi fabricado no estaleiro *Cochim Shipyards*, deslocando 44.000 toneladas e podendo operar com aviões russos Mig29K, helicópteros multifunção MH-60R e o nacional Dhruv-ALH, da *Hindustan Aeronautics Limited*. Juntamente com o navio aeródromo *Vikramaditya* (de fabricação russa, adquirido em 2004), a Marinha indiana pretende fazer frente ao avanço chinês, controlando o oceano Índico e opondo-se ao “colar de pérolas” — uma série de bases e instalações militares chinesas ao redor da Índia.

Com efeito, a disputa geopolítica no Índico exigirá de Nova Delhi permanentes investimentos em meios que assegurem o fortalecimento do poder naval do país. Assim, há mais de 40 embarcações encomendadas pela Marinha indiana, dentre as quais, seis submarinos convencionais da classe *Scorpène*. Ademais, existe o projeto para o desenvolvimento de um terceiro navio aeródromo — *Vishal* —, porém as limitações

orçamentárias de defesa impedem que tal iniciativa se concretize no curto prazo.

Considerando que a China possui dois navios do gênero e mais dois em produção, além de possuir meios de financiamento consideravelmente maiores do que os da Índia, o emprego estratégico de navios aeródromos torna-se um elemento importante para a política externa indiana. O país vem buscando o fortalecimento de parcerias estratégicas no campo militar com outros países da região do Indo-Pacífico e com os Estados Unidos, de modo a fortalecer sua presença na região. Exemplo disso é o anúncio do envio de quatro embarcações para exercícios navais conjuntos com Filipinas, Indonésia, Vietnã e países do QUAD.

Os testes com o *Vikrant* mostram que, a despeito de ainda carecer de meios navais para conter a China, a Índia tem conseguido avançar em seus projetos militares a fim de dificultar a influência de Pequim no Índico. Nova Delhi ainda precisará investir mais e modernizar amplamente sua capacidade militar se quiser ser o principal ator da região. Contudo, os testes de navegação e a próxima operacionalização do *Vikrant* já dá robustez ao poder naval indiano e traz importante peso à geopolítica do país para o Índico.



O significado da renovação do Visiting Forces Agreement entre Filipinas e EUA

Matheus Bruno Pereira

No final de julho, foi renovado o *Visiting Forces Agreement* (VFA), acordo estratégico entre Filipinas e EUA, assinado em 1998. O acordo permite maior fluxo de pessoal militar estadunidense no país e facilita trocas de conhecimentos técnicos por meio de exercícios militares conjuntos. Mas afinal, quais os fatores que contribuíram para a renovação do VFA?

Em 2020, Manila anunciou a saída do acordo, colocando em questionamento a própria parceria de defesa mútua com Washington, assinada em 1951, fato negligenciado pelo então presidente norte-americano Donald Trump ([Boletim 111](#)). As Filipinas, contudo, são um país relevante para a estratégia estadunidense de contenção à China, de forma que a renovação do VFA foi bem recebida pelos EUA. O Secretário de Defesa, Lloyd Austin, afirmou que uma aliança EUA-Filipinas forte e resiliente continuará sendo vital para a segurança, estabilidade e prosperidade para a região do Indo-Pacífico.

Desde que assumiu a presidência das Filipinas, Duterte buscou maior aproximação com a China, mas o estreitamento de laços não significou menores ações no mar filipino por parte dos chineses, que hoje realizam

constantes passagens com navios militares, Guarda Costeira e milícia marítima. É evidente que relações amigáveis com Pequim não irão sanar tal litígio. Uma das críticas à Duterte é a sua passividade diante de tais ameaças à soberania nacional. Nos últimos meses, o país vem tentando fortalecer sua postura, realizando sobrevoos com caças e ações marítimas.

A renovação do VFA significa, portanto, mais uma ferramenta para lidar com as ações chinesas, com a garantia da presença dos EUA na região. Além disso, ao voltar atrás e renovar a parceria, as Filipinas demonstram sua preocupação com os desafios impostos pelo avanço chinês, bem como apresentam postura menos inerte não só à Pequim, mas aos seus conterrâneos da ASEAN, os quais tentam criar um Código de Conduta. Para os EUA, a renovação garante um passo positivo em seu retorno à Ásia. Antony Blinken, Secretário de Estado estadunidense, afirmou em julho que os EUA estariam dispostos a vir em apoio à Manila em caso de ação belicosa pelos chineses no Mar do Sul da China. Isso acrescenta à imagem de Washington como garantidor da estabilidade local ([Boletim 134](#)), o que é fundamental para fortalecer novamente a sua imagem no Indo-Pacífico.



Empreendimentos sul-americanos para a Antártica: Argentina e Chile na liderança pelo acesso ao continente branco

Gabriele Hernandez

A América do Sul já é um ponto estratégico para alcançar a Antártica, mas ainda é capaz de elevar o grau de competitividade quando o assunto é logística e influência. Duas grandes construções voltadas para a Antártica foram aprovadas em julho, o polo logístico de Ushuaia e o Centro Antártico Internacional (CAI) em Punta Arenas, empreitadas que visam aumentar a conexão entre os dois países e o continente austral. A simultaneidade dos dois projetos não é coincidência, e abre margem para questionar quais os ganhos relativos que cada um dos países terá com ambos os investimentos.

Não é novidade a construção destes empreendimentos sul-americanos, porém, sua consolidação ocorre conforme há a retomada gradativa dos projetos estatais que foram adiados devido à pandemia. Outro fator determinante foram as publicações do Plano Estratégico Antártico 2021-2025 do Chile, e da Diretriz de Política de Defesa Nacional da Argentina. O plano chileno estipula a consolidação do CAI, a restauração das bases antárticas do país e a criação de uma Área Antártica Especialmente Gerenciada. Já o documento argentino indica o aprofundamento das relações de cooperação antártica com os demais países, enquanto reafirma o Setor Antártico argentino como parte de seu território. Os anúncios das construções não surgiram próximos aos documentos por acaso eles complementam as políticas

antárticas planejadas para os próximos anos.

Os empreendimentos simbolizam a importância das duas cidades para alcançar a Antártica e consequentemente refletem os interesses argentinos e chilenos no continente austral. A empreitada argentina será um *mega hub* com plataformas logísticas aéreas e marítimas para o Polo Sul, enquanto o projeto chileno se define como um “centro de investigação avançada e museu interativo” dedicados à pesquisa e difusão de conhecimento antártico, complementando a estrutura logística que a cidade oferece.

Em termos políticos, a Argentina reafirma a força de Ushuaia como ponto de partida para a Antártica, especialmente para China e Rússia, os principais interessados no projeto, e o Chile reitera sua conexão com continente, integrando-o ainda mais no imaginário daqueles que visitam a cidade, uma espécie de hegemonia cultural chilena para com a Antártica. De modo geral, são projetos que enfatizam a necessidade de outros países em utilizar as instalações e cooperarem com seus respectivos programas, fortalecendo os campos da diplomacia, da política internacional e do meio ambiente. Internamente, representam o compromisso dos Estados para com a Antártica, dando continuidade às políticas de inserção do continente na cultura nacional.



- ▶ [Three scenarios for Afghanistan's future](#)
IISS, Ben Barry
- ▶ [Modernizing Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance to 'Find' in the Era of Security Competition](#)
CSIS, Jake Harrington e Riley McCabe
- ▶ [China and the Element of Surprise](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [Russia and strategic non-nuclear deterrence](#)
CHATHAM HOUSE, Valeriy Akimenko
- ▶ [The Tunisia Model in Crisis](#)
FOREIGN AFFAIRS, Sarah E. Yerkes

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: Isadora Jacques



REFERÊNCIAS

- **A disputa pelo controle da Hidrovia do Rio Paraná em meio à crise hídrica**
CENTENERA, M. [Menor vazão do rio Paraná em 70 anos leva a Argentina à emergência hídrica](#). **El País**, Buenos Aires, 29 jul. 2021. Acesso em: 05 ago. 2021.
DARIO, L. [DTA, la empresa brasileña que quiere competir por la Hidrovia del Paraná](#). **Perfil**, Buenos Aires, 25 jul. 2021. Acesso em: 05 ago. 2021.
- **Integração regional na América do Sul: saídas econômicas para a superação da crise**
OCAMPO, J.; FACCIO T. [The Global Tax Deal's Missed Opportunity for Latin America](#). **Americas Quartely**, Nova Iorque, 02 jul. 2021. Acesso em: 06 jul. 2021.
OCAMPO, J. [The dramatic Latin America crises](#). **OECD**, Paris, 05 jan. 2021. Acesso em: 19 jul. 2021.
- **A africanização do conflito de Cabo Delgado**
ISAAC, M. [SADC upset by Rwanda's military aid to appease Mozambique's Cabo Delgado province](#). **Deutsche Welle**, Bonn, 13 jul. 2021. Acesso em: 07 ago. 2021.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. [Troop and Police Contributors](#). Acesso em: 07 ago. 2021.
- **COP26 impõe desafio frente à necessidade da transição energética nigeriana**
USMAN, Z. [Climate crisis highlights urgency of diversifying Africa's economies](#). **The Africa Report**, Paris, 05 jul. 2021. Acesso em: 22 jul. 2021.
ARKWRIGHT, P. [Nigeria: The UK has a part to play in the climate crisis](#). **The Africa Report**, 20 jul. 2021. Acesso em: 23 jul. 2021.
- **Diplomacia Naval no Mar do Sul da China: Mudança da Política Externa alemã?**
SIEBOLD, S. [German warship heads for South China Sea amid tension with Beijing](#). **Reuters**, Berlim, 02 ago. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
BOEHMANN, A. [Why is Germany sending a frigate through the South China Sea?](#). **South China Morning Post**, 25 abr. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
- **Cooperação técnica entre Israel e os Emirados Árabes Unidos: o que esperar de seus programas espaciais**
[Israel and UAE to collaborate on moon landing mission](#). **Middle East Monitor**, Londres, 19 jul. 2021. Acesso em: 23 jul. 2021.
SHAHWAN, N. [UAE and Israel: A normalization for economics](#). **Daily Sabah**, Istambul, 25 mar. 2021. Acesso em: 25 ago. 2021.
- **Os desafios da modernização naval da Federação Russa**
GORENBURG, D. [Russia's Military Modernization Plans: 2018-2027](#). **Ponars Eurasia**, Washington, 22 nov. 2017. Acesso em 4 ago. 2021.
NILSEN, T. [Sevmash launches "Krasnoyarsk" nuclear submarine](#). **The Barents Observer**, Kirkenes, 30 jul. 2021. Acesso em: 30 jul. 2021.
- **Impactos do Corredor Golfo Pérsico-Mar Negro sobre o Cáucaso e seu entorno**
[Iran Drives Development of Persian Gulf-Black Sea International Transport and Transit Corridor](#). **Eurasia Daily Monitor**, [s. l.], 14 jul. 2021. Acesso em: 23 jul. 2021.
[Armenian, Iranian transport ministers discuss Persian Gulf-Black Sea corridor](#). **ARMENPRESS**, Erevã, 24 maio 2021. Acesso em: 23 jul. 2021.
- **Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares**
[Britain to permanently deploy two warships in Asian waters](#). **The Asahi Shimbun**, Osaka, 20 jul. 2021. Acesso em: 02 ago. 2021.
GRAY, N. [A New Era for UK- Japan Relations](#). **Reuters**, Arlington, 09 mar. 2021. Acesso em: 01 ago. 2021.
- **Elo fortificado entre Paquistão e China**
[CPEC: New economic & geopolitical realities | Dr Mehmood Ul Hassan Khan](#). **Pakistan Observer**, Islamabad, 30 jun. 2021. Acesso em 06 ago. 2021.
[Pakistan supports China's commitment to global peace, development: PM Imran](#). **Pakistan Observer**, Islamabad, 6 jul. 2021. Acesso em 06 ago. 2021.
- **Índia inicia testes de navegação com o navio aeródromo Vikrant**
KAUSHIK, K. [Explained: What is the importance of IAC-1, the made-in-India aircraft carrier](#). **The Indian Express**, Nova Delhi, 06 ago. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
PANDIT, R. [India's first indigenous aircraft carrier, to be named INS Vikrant, finally begins sea trials](#). **The Indian Express**, Nova Delhi, 08 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- **O significado da renovação do Visiting Forces Agreement entre Filipinas e EUA**
GARAMONE, J. [Philippine President Restores Visiting Forces Agreement With U.S.](#) **U.S Department of Defense**, Washington, 30 jul. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
ZHENG, S.; ZHANG, R. [South China Sea: Calls to honour Hague ruling 5 years on, but Beijing digs in](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 25 jul. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
- **Empreendimentos sul-americanos para a Antártica: Argentina e Chile na liderança pelo acesso ao continente branco**
[Argentina announces the construction of an Antarctica Logistics Pole in Ushuaia](#). **Mercopress**, Montevideu, 21 jul. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
CHILE. [Governo do Chile. Consejo de Política Antártica aprueba Plan Estratégico Antártico 2021-2025](#). Santiago, 30 jun. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.
Capa: [U.K.-led carrier strike group's voyage supports Indo-Pacific partners](#). Por: Indo-Pacific Defense Forum.

Os mapas iniciais (pág 03 e 04) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 03 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência direta ou indireta na economia brasileira e impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Ademais, serão considerados os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Após a seleção dos fenômenos, estes são categorizados em alto risco (vermelho) ou médio risco (laranja), seguindo parâmetros que refletem a gravidade do risco: quantidade de vítimas, relevância dos atores envolvidos, impacto na economia global e possibilidade da escalada de tensões. Os países em

cinza representam conflitos monitorados, caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

Devido ao aumento do número de casos (infectados, internados e óbitos) relacionados à COVID-19, houve uma adaptação na análise do cenário. Dessa forma, elaborou-se um mapa à parte, com os 15 países com maior número de infectados de acordo com o último relatório da OMS divulgado até a data deste boletim. Dessa forma, os países foram divididos em vermelho, laranja e amarelo de acordo com o número de casos totais. As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Bruno Gonçalves

▶ ALTO RISCO:

- AFEGANISTÃO — Insegurança regional: [Taliban takes second Afghan city in two days](#). **The New York Times**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021
- HAITI — Crise estrutural: [Un magnicidio en Haití y la creciente industria de mercenarios de Colombia](#). **The New York Times**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- IÊMEN — Guerra civil e crise humanitária: [UN names Swedish diplomat Hans Grundberg as Yemen envoy](#). **Al Monitor**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- LÍBANO — Crise estrutural: [Beirut explosion anniversary: Protesters march across Lebanon's capital in remembrance](#). **Middle East Eye**, 04 ago. 2021. Acesso em: 07 ago. 2021.
- MOÇAMBIQUE — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Rwanda, Mozambique forces recapture port city from rebels](#). **Al Jazeera**, 08 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- MYANMAR — Golpe militar: [Myanmar shadow government condemns army ruler for taking PM role](#). **Nikkei Asia**, 02 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- VENEZUELA — Crise estrutural: [Venezuela, una negociación con muchas expectativas y temores a punto de iniciarse en México](#). **El País**, 09 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

▶ MÉDIO RISCO:

- BELARUS — Crise política e tensões com o bloco europeu: [Belarus unlikely to become part of Russia as Putin doesn't need 'another headache,' Lukashenko says, promising to resign 'soon'](#). **RT**, 09 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- ETIÓPIA — Conflito entre governo e forças insurgentes: [Bodies found in river between Ethiopia's Tigray and Sudan](#). **AP News**, 02 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- MALI — Instabilidade política: [Suspected jihadists kill scores of villagers in northern Mali](#). **France 24**, 09 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.
- NÍGER — Aumento da atividade terrorista na região: [West Africa: Islamic State's Determined Expansion](#)

[Into Lake Chad Basin](#). **All Africa**, 03 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• SÍRIA — Insegurança regional: [Syria: UN calls for 'immediate ceasefire' as 18,000 civilians flee Daraa](#). **Middle East Eye**, 06 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• SOMÁLIA — Crise humanitária: [Somália pede ajuda humanitária urgente em meio à fome](#). **Xinhua Portuguese**, 01 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• TUNÍSIA — Parlamento suspenso pelo presidente: [Tunisia coup: Why its days could be numbered](#). **Middle East Eye**, 05 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• UCRÂNIA — Tensões transfronteiriças entre Rússia e Ucrânia: [Time to remind Russia that Crimea is Ukraine](#). **Atlantic Council**, 05 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

► MONITORAMENTO:

• ÁFRICA DO SUL — Agitação civil: [Military not a magic bullet: South Africa needs to do more for long term peace](#). **The Conversation**, 26 jul. 2021. Acesso em: 26 jul. 2021.

• ARMÊNIA E AZERBAIJÃO — Conflito na região de Nagorno-Karabakh: [A long-running conflict between Armenia and Azerbaijan has devastated local rivers](#). **Sustainability**, 29 jul. 2021. Acesso em: 07 ago. 2021.

• COLÔMBIA — Crise estrutural: [Grupos armados organizados planeaban un ataque terrorista en Bogotá: incautan 149 barras de explosivos en el sur de la capital](#). **Infobae**, 05 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• CUBA — Crise estrutural: [Governo de Cuba apela às ruas para se reafirmar ante pandemia e crise social](#). **El País**, 05 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• GUATEMALA — Instabilidade política: [Manifestantes piden la renuncia del presidente y la Fiscal General del MP](#). **El Periódico**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• GOLFO DA GUINÉ — Insegurança marítima conjuntural: [Navies of U.S., Nigeria, Ghana collaborate in Gulf of Guinea exercises](#). **P.M. News Nigeria**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• IRÃ — Insegurança marítima: [European Union says evidence 'clearly points to Iran' in deadly attack on tanker](#). **The Times of Israel**, 08 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• LÍBIA — Em cessar-fogo: [Libya's presidential council receives Italian foreign Minister Luigi Di Maio](#). **Africa News**, 03 ago. 2021. Acesso em: 09 jul. 2021.

• MAR DO SUL E DO LESTE DA CHINA, HONG KONG & TAIWAN — Exercícios navais e presença de potências extrarregionais: [PLA holds large drills amid military threats](#). **Global Times**, 05 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• MEDITERRÂNEO ORIENTAL — Tensões entre Grécia e Turquia e ocupação do Chipre: [Turkish Cypriot leader rules out reunification of divided island](#). **Financial Times**, 09 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• NICARÁGUA — Crise política: [Ortega e Murillo liquidam o processo eleitoral ao inabilitar o último partido de oposição na Nicarágua](#). **El País**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.

• TAILÂNDIA — Insatisfação popular: [Police fire tear gas, rubber bullets at Bangkok protesters](#). **Al Jazeera**, 07 ago. 2021. Acesso em: 09 ago. 2021.